

## A educação aquém das metas

Mais uma avaliação do ensino brasileiro vem a público e mais uma vez o público tem motivos de sobra para se perguntar por que, afinal, o País só consegue, e isso na melhor das hipóteses, ganhos marginais na batalha pela qualidade da educação de base. O Brasil investe no setor algo como 4% do PIB (o que pode ser insuficiente, mas não é uma quirera) e o acesso à escola se tornou praticamente universal (na média nacional, 90% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estão matriculados em algum curso). E, no entanto, os índices de evasão, repetência e de descompasso entre a idade do aluno e a série que frequenta, retratando os níveis abissais de desempenho do sistema, mal respondem aos programas de resgate da aprendizagem o calcanhar-de-aquiles da crise por mais bem concebidos que pareçam quando postos no papel.

A mais recente corroboração dessa realidade desalentadora está no relatório De olho nas metas, elaborado pelo movimento Todos pela Educação, com base em dados oficiais e em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O movimento, lançado em 2006, reúne organizações sociais, empresários, educadores e gestores públicos. A entidade compara os resultados do ensino de português e matemática, nas escolas públicas e particulares, com uma série de metas que precisariam ser cumpridas para a educação brasileira mudar substancialmente de figura até 2022, no bicentenário da Independência. Nesse ano, segundo os objetivos fixados pela organização, pelo menos 70% dos alunos de 4ª e 8ª séries deveriam ser proficientes naquelas duas disciplinas essenciais. Atualmente é o oposto: mais de 70% dessas crianças não aprenderam o necessário em português e matemática para a sua série e idade.

A ONG estabeleceu metas intermediárias para o período, variando conforme os Estados. Os números divulgados na quinta-feira se referem a 2007. A se manter o sombrio panorama que descortinam, o Brasil não recuperará o atraso na área até 2022. De fato, das 9 metas fixadas, o País alcançou comprovadamente apenas 4. Esses objetivos incluem acesso integral das crianças à escola; proporção de alunos com conhecimento adequado nas respectivas séries; alfabetização de toda a população escolar com 8 anos de idade; investimento de 5% do PIB no setor; e ensino médio completo para todos os jovens com até 19 anos. Os objetivos iniciais são relativamente fáceis de atingir. Para 2007, por exemplo, estabeleceu-se que 14,1% dos alunos de 8ª série deveriam dominar os conteúdos de matemática adequados a esse patamar. Registrou-se um índice de 14,3%. O problema é que, dito de outro modo, 85,7% dos estudantes chegaram ao último ano do ensino fundamental sabendo menos matemática do que precisariam.

Depois, piora. No 3º e último ano do curso médio, não atinge 10%, na média nacional, a proporção de alunos com conhecimentos adequados. Na Região Norte, são 3,1%. No Nordeste, 6,2%. As metas tomaram por referência o desempenho dos estudantes dos países desenvolvidos em 2003. A marca melhor, por assim dizer, foi obtida em português, na 4ª série, com 27,9% de adequação (ante a meta de 29%). A essência do problema aparece no relatório em artigo do professor José Francisco Soares, da UFMG. "Se um aluno não atinge um patamar adequado de aprendizagem em um estágio de sua vida escolar", argumenta, "terá mais dificuldades em estágios posteriores." O desafio óbvio, portanto, consiste em "acelerar o ritmo de melhoria da qualidade do ensino", como diz o presidente-executivo do Todos pela Educação, Mozart Ramos Neves.

Enquanto não se conseguir fazê-lo, os efeitos da má aprendizagem continuarão a se refletir dramaticamente no ensino médio, "onde se dilui o pouco que conseguimos lá na base", deplora Neves. Além disso, "o ensino médio não prepara o jovem para o mundo, por isso o abandono é tão grande". Para ele, "não é à toa que no Brasil se pratica o que chamamos de enxugar gelo". A meta nacional para 2007 era de 48,6% dos jovens até 19 anos tendo completado o ensino médio. Apurou-se um índice de 44,9% - um robusto avanço em relação aos 17,2% de 1995, mas insuficiente para as necessidades do País na era da informação.

**Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 14 dez. 2008, Primeiro Caderno, p. A3.**